

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003360-52.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução**  
 Requerente: **Bonicelli Representações Comerciais Ltda**  
 Requerido: **Benafer S/A Comércio e Indústria**

BONICELLI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ajuizou ação contra BENAFER S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, pedindo a rescisão do contrato de representação comercial firmado entre as partes e a condenação da ré ao pagamento da indenização de 1/12 avos sobre o total das comissões recebidas, do aviso prévio e das contribuições previdenciárias e fiscais, bem como de indenização pelos danos morais por ela suportados. Alegou, para tanto, que firmou um contrato de representação comercial verbal com a ré, o qual passou a vigorar a partir de 05.11.1999. Como contraprestação pelos seus serviços, recebia comissão de 0,5% a 4% sobre as vendas mensais. Contudo, a partir de determinado período, a ré começou a efetuar vendas diretamente aos clientes por ela captados, sem o respectivo pagamento de comissão, razão pela qual deve ser reconhecida a culpa exclusiva da ré pela rescisão contratual. Apontou, ainda, que durante a vigência do contrato a ré reteve indevidamente a quantia de R\$ 47.023,00.

Determinou-se à autora emendar a petição inicial a fim de adequá-la ao rito sumário, além de comprovar a impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

A autora emendou a petição inicial, apresentando seu rol de testemunhas e os livros de registro de notas fiscais.

Foi deferido o benefício da justiça gratuita à autora e designada a audiência de conciliação.

A ré foi citada e compareceu à audiência designada, restando infrutífera a tentativa conciliatória.

Em sua contestação, a ré aduziu em preliminar a inépcia da petição inicial, porquanto a autora não formulou pedido expresso em relação às comissões supostamente retidas, bem como impugnou o valor dado à causa. No

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

mérito, sustentou que inexistia contrato verbal de representação comercial entre as partes e que suas vendas são realizadas por seus vendedores internos. Afirmou que somente aceitou algumas cotações feitas pela autora, a qual intermediou vendas para clientes que já faziam parte de sua carteira. Também defendeu a improcedência dos pedidos de indenização e aviso prévio, a impossibilidade de repasse das comissões supostamente retidas em razão da falta de pagamento pelo cliente e a inexistência de dano moral indenizável.

Manifestou-se a autora.

Na decisão de saneamento do processo, a preliminar arguida foi afastada e a impugnação ao valor da causa não conhecida, deferindo-se, então, a produção de prova testemunhal.

Na audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas duas testemunhas.

Encerrada a instrução processual, as partes apresentaram alegações finais, cotejando as provas e ratificando suas teses.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A autora afirma que foi contratada verbalmente pela empresa ré em 05.11.1999, para prestação de serviços de representação comercial, tendo a relação entre as partes perdurado até 19.11.2013. Alegou, ainda, que recebia remuneração de 0,5% a 4% sobre as vendas efetuadas.

A Lei nº 4.886/65 estabelece em seu artigo 1º que *“exerce a representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para, transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios”*.

Apesar da inexistência de previsão legal, não há impedimento de que a representação comercial seja contratada de forma verbal. Contudo, neste caso, cabe ao representante o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito,

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

qual seja, a existência da relação jurídica contratual e a consequente rescisão unilateral sem justa causa pela representada, conforme dispõe o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sobrou forte controvérsia a respeito da natureza jurídica do vínculo estabelecido entre as partes.

Gustavo Gialorenço Frigo apenas esclareceu que ouvia o autor comentar que realizava vendas para a empresa ré. Deixou consignado em seu depoimento que *"João comentava comigo que tirava pedidos para a empresa Benafer, tal qual representante, embora sem transmitir maiores detalhes"* (fls. 1098).

Michele Dielo de Aguiar, coordenadora de vendas da ré, esclareceu que a autora realizava vendas, mediante um comissão que variava em função do volume de vendas (fls. 1.099).

Sucede que, mesmo se admitida a relação contratual, de representação comercial, não há evidência alguma, nem mesmo indícios, de direito de exclusividade pela autora ou de impedimento de que a ré, por si mesma ou por terceiros, também realizasse vendas. Nada se apurou nesse sentido. Aliás, a autora não teve sequer a iniciativa de produzir prova a respeito.

Assim, a prova oral produzida não foi capaz de corroborar as alegações trazidas na petição inicial, de que a ré deu causa à ruptura do vínculo, seja ele qual for, e que por isso deveria experimentar o pagamento de verbas indenizatórias.

A exclusividade não se presume.

Também não houve prova alguma de que a ré teria produzido dano em desfavor da autora, no tocante à sua credibilidade, a seu conceito público, como decorrência da suposta rescisão imotivada do contrato, pelo que improcedente o pedido indenizatório por danos morais. Aliás, sequer houve prova de fato atribuível à ré, como motivador da rescisão.

De outro lado, a ré justificou a retenção de certas comissões por vendas efetuadas pela autora, pela circunstância da recuperação judicial da adquirente (fls. 119).

Não se estabeleceu controvérsia quanto ao valor e à realidade da atuação da autora.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Ainda que se possa discutir o vínculo estabelecido, se de representação comercial ou diverso, a ré deve pagar à autor a justa remuneração pelos serviços efetivamente prestados. Beneficiando-se a ré do serviço executado prestado pela autora, a retenção indevida acarretará enriquecimento ilícito. E nada obsta que o pagamento siga o critério estabelecido para os representantes comerciais, ou seja, fazê-lo na oportunidade do pagamento do pedido. *O representante só passaria a ter direito de receber comissão no momento em que efetuado pagamento pelo cliente, o que está em consonância com o art. 32, caput, § 1º; art. 33, §§ 1º e 2º, Lei 4.886/65). Assim, o direito do representante comercial às comissões correspondentes fica na dependência de efetiva liquidação do preço pelo comprador* (TJSP, Apelação 1001765-87.2014.8.26.0037, Rel. Des. Matheus Fontes, j. 10.03.2016).

Diante do exposto, acolho em parte o pedido.

Condeno a ré a pagar para a autora a importância atualizada correspondente às comissões por vendas realizadas para Bambozzi Soldas Ltda., entre maio e setembro de 2013, do valor nominal de R\$ 47.023,00, no momento em que houver pagamento pela adquirente, ainda que proporcionalmente.

Rejeito os demais pedidos.

Responderá a autora por 3/4 das custas processuais e a ré por 1/4.

Condeno a ré a pagar para a patrona da autora honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, verba devida quando também se tornar devido o crédito da autora.

Condeno a autora a pagar os honorários advocatícios do patrono da ré, fixados por equidade em R\$ 4.000,00.

A execução das verbas processuais perante a autora, beneficiária da gratuidade da justiça, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 13 de junho de 2016.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**